

TESE: AVANÇANDO RUMO AO SOCIALISMO

Tese do Movimento Avançando Sindical para o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que ocorreu nos dias 5 e 6 de junho de 2010, em Santos, SP

I. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A Crise Estrutural do Capital

“Desde o início dos anos (19)70 abriu-se uma crise mundial do capitalismo, uma crise estrutural (...) a crise do capitalismo mundial é total, é do sistema. Não é apenas uma crise econômica, é também política, social, moral, ideológica, filosófica. Do ponto de vista teórico, só há duas saídas – a guerra mundial ou a revolução” (*Luiz Carlos Prestes – Entrevista à Tribuna de Imprensa, RJ, 23/11/1983*).

A crise atual não é “só mais uma crise cíclica” que interrompe a “prosperidade capitalista” (o capitalismo já viveu 25 crises, desde o início do século XIX, marcando ciclos econômicos com quatro fases – crise, depressão, recuperação, auge - 16 até 1929 com duração média de 10 anos e depois mais 9 ciclos com média de duração encurtada para um período de 6 a 9 anos). A presente crise também não é um fenômeno fortuito, explicável por escolhas de agentes públicos ou privados ou por incidentes econômicos e políticos imediatos. O colapso do mercado *subprime* e o estouro da bolha imobiliária estadunidense, seguida da falência de bancos foram apenas *detonadores que precipitaram a crise* (como o problema do petróleo em 1973). É um erro confundir estes detonadores superficiais com as causas essenciais das crises determinadas pelo movimento dos complexos contraditórios do sistema do capital.

Em um nível mais sofisticado de análise, as teorias acadêmicas tradicionais do ciclo industrial se dividem na oposição abstrata entre grandes tendências unilaterais: os que explicam as crises pela “insuficiência da demanda” (subconsumo das massas e superprodução de bens de consumo), os que a explicam pela “super-acumulação” (insuficiência de lucros para expandir o Departamento I que produz meios de produção) e “desproporcionalidade” entre esta esfera de produção de bens de capital e o Departamento II (produção de meios de consumo). Ambas cometem o erro de desligar o que está organicamente ligado no interior do modo de produção capitalista: os problemas resultantes da lei tendencial da queda da taxa de lucro, da super-produção de mercadoria e da super-acumulação de capital são determinados pela unidade contraditória entre os complexos contraditórios das relações entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Marx mostra que a produção capitalista vai superando constantemente os limites que lhe são iminentes deslocando suas contradições, mas “só as supera por meios que lhe antepõem novamente estas barreiras em escala mais poderosa”, aproximando o sistema de seus limites históricos absolutos: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital; isto é: que o capital e sua auto-valorização constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção, o fato de que aqui a produção só é produção para o *capital* e não, inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da *sociedade* dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem que mover-se a conservação e valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização das grandes massas de produtores, choquem-se constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como finalidade em si mesma, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde,

ele é simultaneamente uma contradição constante entre esta sua tarefa histórica e as relações sociais de produção próprias deste regime.” (Marx, Karl - *O Capital* III/1: 189). Marx nos deixou em suas principais obras elementos suficientes para a elaboração de uma teoria totalizante das crises.

O importante é destacar a especificidade desta crise como um momento da crise estrutural do capital; cuja teorização mais sistemática se deve ao marxista húngaro István Mészáros. “A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 (...) não apenas tende a romper com o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (Mészáros, István – *Para Além do Capital*, Boitempo, SP, 2002, p. 799). As crises das últimas décadas (1973-75; 1979-82; 1989-92; 1997-2002; e a que desde meados de 2007 está em curso) são recidivas críticas de uma época de crise estrutural do capital e tem um caráter diferente das tradicionais crises cíclicas setoriais. O domínio do capital, desde seus primórdios, se desenvolve internacionalmente e o desenvolvimento desigual da economia mundial sob o capitalismo sempre ocorreu de modo destrutivo, devido ao caráter antagônico de suas leis e princípios estruturais internos. Mas na atual crise estrutural isso assume manifestações cada vez mais graves. Há um prolongamento das crises, sua frequência é mais curta, suas manifestações são mais destrutivas, e há uma tendência a tornar-se um continuum depressivo, em que uma recessão segue a outra. A crise estrutural da ordem metabólica do capital abre uma brecha irremediável na ordem vigente, que não é mais capaz de proporcionar os bens que lhe serviam de justificativa no passado; trata-se de um período único na história do domínio do capital em que este se aproxima dos seus limites absolutos (não meros limites imediatos, mas limites últimos desta totalidade histórica) que não podem ser efetivamente superados sem o estabelecimento de um modo de produção e controle social socialista. A sua novidade histórica torna-se manifesta em quatro aspectos principais: “1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção (...)); 2) seu escopo é verdadeiramente global (no sentido literal o mais ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua -- se preferir: permanente -- em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) seu modo de se desdobrar é rastejante -- em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado -- desde que acrescentássemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a maquinaria complexa agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia” (Mészáros, I. - *Para Além do Capital*: 796).

Há particularidades da crise atualmente em curso que a diferenciam: é muito mais grave, irrompeu nos EUA (a superpotência hegemônica imperialista que é hoje o coração do sistema) e tem ali o seu centro de gravitação, mas se expande com um caráter verdadeiramente mundial; implica uma separação radical entre a valorização do capital fictício e a valorização produtiva, que também se desgarrou por completo da capacidade de consumo realizadora da mais-valia. A presente crise está longe de ter atingido o seu auge, mas já promoveu o maior assalto à economia popular que se tem notícia na história. Os recursos que até ontem faltavam para financiar políticas públicas hoje são esbanjados de modo desesperado em inéditas medidas de “estatização da falência capitalista” (até junho de 2009 já tinha sido injetado US\$ 28 trilhões para o salvamento dos monopólios capitalistas, valor igual a quase oito vezes o PIB da América Latina, US\$ 15 pelo governo dos EUA). Seu efeito imediato foi a parcial desaceleração da crise, mas deixa os Estados sem recursos e realimenta todas as contradições do capitalismo (reforçando a centralização do capital através da sucção da mais-valia de várias partes do mundo, gerando inflação devido a impressão desmedida de dólares pelo governo americano e ampliando o capital fictício, gerando novas e colossais bolhas). Tais medidas são, no entanto, insuficientes para superar a crise que vai ressurgir com força (provavelmente até o segundo semestre de 2010). A crise já começa a produzir respostas radicais e desafiadoras por parte dos movimentos proletários e populares em escala considerável. As políticas da direita radical fracassaram devastadoramente. Simultaneamente as respostas de conciliação de classe também fracassam: as políticas keynesianas e outras adaptações reformistas do passado não

podem ter êxito duradouro. A crise estrutural é demasiado profunda para isto, coloca em risco a sobrevivência da humanidade. Uma saída sustentável exige uma transformação estrutural radical, que supere o capitalismo e inicie uma transição efetiva para o socialismo.

2. A Manutenção da Agressividade do Imperialismo Estadunidense no Governo Obama.

Diante desta crise, Obama se comporta como um sujeito histórico do e para o imperialismo. Muitos quiseram acreditar que ele seria um presidente progressista (ou “menos pior” do que Bush), esquecendo-se que o imperialismo é inerente ao domínio do capital financeiro estadunidense e que a eliminação do imperialismo requer a derrubada do capitalismo. Seguindo a lógica de um presidente do Estado imperialista hegemônico mundialmente, Obama inicia seu mandato com uma política externa ainda mais agressiva e perigosa para a Ásia, África e América Latina, com o maior gasto militar anual da história dos EUA, US\$ 708 bilhões. Tal conjuntura não é surpreendente de acordo com a lógica do capital. O imperialismo caracteriza-se principalmente pelas guerras, como uma forma de amenizar as crises e centralizar capital. Com a crise estrutural essa realidade se intensifica.

Na África, está sendo implantando o AFRICOM, um exército dos EUA que ficará permanentemente no continente. De acordo com a Casa Branca, o objetivo com esse exército é combater o terrorismo e fortalecer os “regimes democráticos” da região. Contudo, sabe-se que o AFRICOM foi projetado como força interventora para apoiar governos africanos contra movimentos progressistas e garantir o controle imperialista do “território econômico”, do petróleo e dos grandes recursos minerais daquele continente. O Pentágono mantém forças nas Seychelles e em Djibuti (a partir dali bombardearam a Somália, país chave para os EUA). Na Ásia, contrariando o discurso “crítico” aos gastos bélicos durante sua campanha, Obama intensifica a invasão. Gasta 160 bilhões para manter a ocupação do Iraque, Afeganistão e Paquistão. A promessa de retirar as tropas do Iraque está longe de se concretizar: dos 142 mil soldados que ocupam o país, 50 mil ficarão para treinar as “forças de segurança” do país. Já no Afeganistão as tropas foram aumentadas significativamente. Desde então, aconteceram os piores massacres, com os bombardeios às províncias Farah e Kundus que mataram mais de duas mil pessoas. Na Palestina segue a ocupação e os massacres por parte de Israel (país que mais recebe financiamento militar dos EUA no mundo).

Cresce a escalada de ingerência (com ilegítimas sanções econômicas) e agressão israelo-estadunidense contra a soberania de países do Oriente Médio como o Líbano, a Síria e o Irã. O falso pretexto para a invasão do Iraque - a existência de “armas de destruição em massa” que já foi desmentida até pela ONU - é hoje cinicamente repetido nas ameaças ao Irã, com o agravante da chantagem explícita de genocídio nuclear. Em fevereiro de 2010 o governo Obama ameaçou oficialmente declarar guerra ao Irã, caso este não pare com o projeto de enriquecimento de urânio (para fins pacíficos). Aqueles que hipocritamente acusam sem provas o Irã (membro do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e sujeito as exigências de supervisão de seu programa civil) são os mesmos que mantêm intactos grandes arsenais de ogivas nucleares operacionais.

3.A Resistência dos Povos em Luta e a Necessidade da Formação de um Bloco Internacional Anti-imperialista.

Diante da crise e seus efeitos nefastos para o conjunto da classe trabalhadora, povos do mundo todo tem resistido às demissões; ao desemprego; às perdas salariais, às perdas de direitos trabalhistas e da seguridade social, da educação, da saúde; à criminalização dos movimentos populares e da pobreza; às opressões; às invasões e às guerras. A Grécia, um dos países mais afetados pela crise (o setor industrial está em recessão desde 2005, os investimentos agrícolas diminuíram em 80,1% em 2008 e o PIB não pára de cair) teve duas greves gerais em fevereiro deste ano, convocadas pelo PAME (Frente Militante de Todos Trabalhadores) e mobilizadas por mais de 300 sindicatos. Em Portugal (5/2/2010) mais de 50 mil funcionários públicos realizaram uma greve geral, convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública. Na França (também em fevereiro), operários ocuparam a sede da Total em Paris (refinaria petrolífera francesa) e lançaram um ultimato à administração, que pretende fechar as instalações até o próximo verão: ou a produção é retomada ou os trabalhadores “tomarão posse das instalações”.

Na América Latina, a manutenção da revolução cubana e as lutas populares na Venezuela, na Bolívia e no Equador, que levaram à eleição de presidentes com elas identificados e a proposta de construção do “socialismo do século XXI” (como eles chamam) faz o Império estremecer diante do “fantasma”, que ele julgava morto com a queda da URSS e tentava ilhar em Cuba. Embora ainda não estejam construindo uma sociedade socialista, as lutas destes povos mostra que eles não querem mais ser subjugados ao imperialismo, e que já tomam consciência da necessidade do socialismo.

Mais do que discursos que denunciam o EUA são as ações concretas que fortalecem posições antiimperialistas que têm causado preocupações ao Império. Inspirado em Simón Bolívar, Chávez tem proposto a integração latino-americana para conquistar a segunda e definitiva independência, hoje não mais da Espanha e de Portugal e sim dos EUA. Para tanto, a principal proposta é a ALBA (Aliança Bolivariana das Américas) que hoje já integra sete países: Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas (o ingresso de Honduras foi um dos motivos do golpe, que retirou o país da Aliança). A ALBA é um bloco que está promovendo um processo concreto de integração econômica e cultural com princípios que se baseiam no intercâmbio solidário e no desenvolvimento conjunto de requisitos necessários para a superação da dependência. Além do incremento comercial, estão em curso importantes ações conjuntas: Petrocaribe e outras empresas de exploração e refino de petróleo; de alimentos; de manejo e preservação de águas; distribuidoras de fármacos; centros de vigilância epidemiológica; programas de educação (Universidade dos Povos do Sul; Universidade da ALBA; erradicação do analfabetismo através do método cubano *yo sí puedo*; massiva edição livros); programas de segurança comunitária; Banco da ALBA e criação da moeda SUCRE (Sistema Único de Compensação Regional), como alternativa para o subcontinente superar a dependência do dólar. Enfim, a ALBA é inspirada em alguns princípios que são pré-requisitos do socialismo: produção de riquezas de acordo com as necessidades reais dos povos; planificação mínima da economia e intercâmbio solidário que realmente busca ajudar um povo irmão e não explorá-lo.

O fantasma “socialismo” reaparece com mais força (pois Cuba sempre o manteve vivo) com as transformações reais na Venezuela: avanço da reforma agrária, urbana e educacional; estatização dos principais meios de produção; criação de novas empresas públicas; revolução democrática com a criação de Conselhos Comuns e de redes de comunicação públicas (estatais e comunitárias) pondo fim aos monopólios privados. Esse fantasma também se fortalece com o movimento de massa na Bolívia que defendeu o Governo Morales dos ataques golpistas e separatistas da direita fascista (por considerá-lo antiimperialista e promotor de reformas democráticas fundamentais para a construção das bases do socialismo). O Governo Rafael Correa no Equador é outra encarnação do espectro: a não renovação da base dos EUA em Manta (cujo contrato venceu em 2009), a auditoria da dívida externa e interna e o não pagamento de grande parte destas, a aprovação da nova Constituição, o ingresso na ALBA e no SUCRE, são exemplos de políticas avançadas que o colocam na honrosa companhia da Venezuela, Bolívia e Cuba dentro do “eixo-do-mal”.

Contudo, as experiências anti-imperialistas citadas acima enfrentam diversas dificuldades. Assim como os demais países latino-americanos, estes se desenvolveram sob as bases de um capitalismo dependente. Suas forças produtivas são pouco desenvolvidas e a massa de operários industriais é relativamente pequena. Além disso, o massacre reacionário de gerações inteiras criou imensas dificuldades para o desenvolvimento da organização popular e a construção de partidos revolucionários. Dessa maneira, hoje, a luta requer a criação das condições para a superação da dependência econômica e do atraso cultural e político-organizativo, buscando criar as bases para o socialismo. Porém, elas são atualmente o que existe de mais avançado na América Latina. Tanto é que os EUA já anunciam a preparação de uma guerra contra a Venezuela; com o intuito de barrar o avanço da unidade antiimperialista latino-americana e da perspectiva de avanço para o socialismo. No Relatório de 2009 da CIA isso fica evidente: “Em países como Venezuela, Bolívia e Nicarágua, líderes populistas estão caminhando para um modelo econômico e político mais autoritário e tem se unido para rechaçar a influencia dos EEUU, seus interesses e suas políticas na região. O Presidente da Venezuela Hugo Chávez tornou-se um dos detratores principais em nível internacional contra os EEUU, denunciando o modelo democrático liberal e o capitalismo de mercado”.

Em 2008, o Governo Bush já preparava a ofensiva hoje seguida por Obama: promoção da guerra civil e divisionismo na Bolívia; invasão do Equador por tropas colombianas que matou Raul Reyes, quatro estudantes mexicanos e outros 21 insurgentes das FARC-EP (até hoje o Equador tem suas relações rompidas com a Colômbia); e reativação da Quarta Frota. Em 2009, primeiro ano do Governo Obama, a linha seguiu a mesma. Nesse ano, vários fatos evidenciam o objetivo de controle do subcontinente. Jones Jr., assessor de Segurança Nacional de Obama, propôs ao Governo Lula uma parceria estratégica Brasil-EUA (com a participação do Império na exploração do pré-sal em troca de armas de alta tecnologia) e buscou um alinhamento do Brasil contra Chávez. Com claro apoio dos EUA, realizou-se o Golpe Militar em Honduras, após este país ter ingressado na ALBA e seu presidente Zelaya ter proposto plebiscito sobre mudança ou não da Constituição. Em 2009, ocorre ainda, o acordo de uso de sete bases colombianas pelos EUA (além das três bases estadunidenses já existentes no país), bem como, um outro acordo que anexa, na prática, a Colômbia aos EUA. O objetivo é promover uma guerra contra a Venezuela e combater as guerrilhas, principalmente, as FARC-EP e o ELN. A Colômbia vive sob a ditadura de um Estado narco-terrorista. No início de 2010, foi descoberta no país uma vala comum com 2.500 corpos de militantes assassinadas pelos paramilitares e exércitos ligados ao Governo fascista de Uribe. Estima-se que há mais mil valas como estas espalhadas pelo país. Os próprios órgãos oficiais admitem que há mais de 25 mil desaparecidos políticos na Colômbia; país que é campeão do mundo em violações dos direitos humanos. A ofensiva do Império continua. Além da Colômbia e o Peru, o Chile agora deve se somar às operações contra-revolucionárias na região, com a eleição para presidente do *pinochetista* Sebastián Piñera. No Haiti, após o terremoto que destrói o país, mata cerca de 250 mil pessoas e deixa mais de um milhão de desabrigados, os EUA envia 20 mil marines e instrumentos de guerra. Nessa ocasião se efetiva a quinta e maior ocupação militar estadunidense no país. Elas vem completar a ocupação do Haiti pela MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), cujas tropas são lideradas, vergonhosamente, pelo Brasil. A “Missão” tem cumprido o papel de conter as revoltas populares e limpar a área para uma ocupação escancarada do EUA, que além dos objetivos econômicos, pretende usar seu território como base de agressão à Cuba. Esta foi colocada na lista de países terroristas e está sofrendo uma intensa campanha imperialista que busca isolá-la e derrotar seu projeto socialista.

Conscientes das intenções imperialistas, lutadores da Nossa América criaram o Movimento Continental Bolivariano: um espaço de coordenação de lutas continentais e de articulação entre os diferentes movimentos e organizações revolucionárias latino-americanas. Além desta iniciativa há também a proposta de Chávez de construir a Quinta Internacional Socialista, com o objetivo de formar uma frente anti-imperialista no mundo e lutar pelo socialismo. A partir da reorganização dos partidos comunistas e operários ressurgiu a Revista Comunista Internacional. Estes são espaços importantes que visam a unidade dos povos em torno do socialismo como única alternativa real à barbárie. Mais do que nunca é tempo de dizer: “proletários e povos oprimidos do mundo, uni-vos”.

O leopardismo do Governo Lula e do PT: “Mudam tudo” para que tudo continue como está”¹

A “aprovação política” do governo Lula, registrada nas enquetes, é um fenômeno fugaz e muito semelhante à aprovação de FHC em 1998. Do mesmo modo que naquela conjuntura, estamos em um ano de eleições presidenciais no meio de uma crise internacional do capitalismo em que seus efeitos mais nefastos não apareceram **ainda** no Brasil. No entanto, os efeitos da crise (que irá se agravar muito ao longo de 2010) certamente aparecerão, pois apesar das condições

¹ Referência “atualizada” da fala de Tancredi, o personagem literário emblemático da ação das antigas classes dominantes italianas no sentido de neutralizar as potencialidades democrático-radical da revolução garibaldina, através de um acordo por cima liderado por Cavour: “se queremos que tudo continue como está é preciso que tudo mude” (Lampedusa, Giuseppe Tomasi de – O Leopardo, Record, RJ, 2000, p. 57).

excepcionalmente favoráveis para os países dependentes entre 2003 e o final de 2007 (quando houve um soluço de crescimento planetário, com aumento dos preços dos bens primários), houve uma paradoxal melhora conjuntural acompanhada de piora da vulnerabilidade externa comparada do Brasil. A política do governo Lula é fundamentalmente “mais do mesmo”. Estruturalmente é a repetição da velha política de reprodução “reciclada” do capitalismo monopolista dependente, de sua ordem social autocrática com um Estado a serviço do bloco de poder formado pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio; hegemônico pelo capital financeiro que constitui o amálgama da fusão orgânica ou da associação (nos seus interesses, negócios e empresas) entre estas frações da grande burguesia. Conjunturalmente o governo Lula manteve a mesma política econômica do segundo governo de FCH: explosão da relação dívida interna/PIB (de 21,3% em 1994 para 37,5% em 2002, 47,6% em 2006, cerca de 55% hoje, o mais alto nível da história do Brasil) por causa da troca de dívida externa, de maior prazo e menos juro, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juro mais elevada; câmbio flutuante; ajuste fiscal permanente e mega-superávits primários; juros astronômicos; queda dos salários reais nivelados por baixo; precarização do trabalho e retirada de direitos. Estes últimos aspectos (fiscal, monetária e trabalhista-social), juntamente com os superávits na balança comercial, permitiram um relativo controle da inflação; mas ao custo do reforço de estruturas de produção e padrões de inserção internacionais retrógrados e de uma ordem social apodrecida, que tendem: Aumentar a vulnerabilidade externa estrutural do país, agudizar as contradições do capitalismo dependente e reforçar as causas estruturais da gigantesca desigualdade social e degradação coletiva (miséria, desemprego, privação de direitos elementares) do povo trabalhador.

O próprio crescimento econômico tem que ser pensado em termos qualitativos: que tipo de crescimento e com que finalidade? O crescimento alcançado no governo Lula não corresponde a melhorias significativas das condições de vida do povo brasileiro; não avança um milímetro no sentido da superação da dependência do Brasil ao imperialismo e reforça a cultura da desigualdade dominante. Quando o Banco do Brasil anuncia o maior lucro da sua história é preciso questionar: Quem está pagando por esse lucro? São as grandes empresas (tal como a Votorantim que recebeu 2,6 bilhões de dólares para incorporar a Aracruz que perdeu derivativos cambiais por incompetência e ganância de lucros de seus executivos e administradores) ou as classes trabalhadoras? Estas são conduzidas a “aprovar” um governo que se legitima a partir de “bolsas-esmolos” apenas por que o presidente já foi trabalhador-sindicalista. Forja-se assim, uma identidade ilusória das classes trabalhadoras com o presidente que não corresponde à realização no âmbito das políticas econômico-sociais do seu governo. Sem dúvida, em um país como o Brasil, **a eliminação da fome, da miséria e do desemprego deve ser considerada uma prioridade máxima** na alocação dos recursos escassos do Estado. É neste sentido que Luiz Carlos Prestes formulou em 1982 uma *“Proposta para a Discussão de um Programa de Soluções de Emergência Contra a Fome, a Carestia e o Desemprego”* (Prestes Hoje, Codecri, R.J., 1983, pp. 77-95). A proposta de Prestes, no entanto, é abrangente e eficiente, articula as medidas de emergência para o atendimento das necessidades imediatas das massas pobres com políticas de elevação do nível de vida do proletariado, com a ampliação de direitos e garantias sociais universalizantes e volta-se para a eliminação das causas estruturais da fome, da miséria e do desemprego. Seu método liga medidas transitórias com uma estratégia socialista: ao buscar colocar as necessidades dos de baixo no centro da luta política, incorporá-los como força organizada na luta de classes e fortalecer a hegemonia do proletariado no interior do bloco de forças sociais revolucionárias; ao proporcionar condições políticas para uma interação entre a massa menos politizada e os revolucionários organizados com formação marxista;

ao visar a abertura de espaços para o surgimento de novas lideranças diretamente escolhidas pelas massas, formar quadros proletários que encarnem todo o processo de mediação entre o programa revolucionário e as preocupações imediatas das massas e os transmitam quotidianamente aos seus companheiros de trabalho. Assim concebidas, “as soluções de emergência contribuem para conscientizar e organizar as classes trabalhadoras, preparando, desta maneira, as condições necessárias para mudanças substantivas nas estruturas capitalistas e autoritárias, num sentido socialista” (Prestes, L. C. – “Proposta Para a Discussão de um Programa de Emergência..., op. cit., p. 81).

O Programa *Fome Zero* original era avançado e criaria uma dinâmica social progressista; no entanto foi abandonado e substituído por um programa rebaixado, adaptado ao viés das “políticas compensatórias” do FMI e BM (o que levou Frei Beto, um dos formuladores do *Fome Zero*, a romper com o governo). O conteúdo da política social do governo Lula é, no essencial, a mesma política regressiva do governo FCH. Ambos aplicaram a política neoconservadora do Banco Mundial de substituir os direitos sociais universais (emprego, saúde, educação, moradia, transporte, etc.) conquistados pelos trabalhadores no século XX como “deveres de proteção pública para todos” pela lógica perversa das “políticas focalizadas” (para os “realmente pobres”, ou “os mais indigentes entre os miseráveis”). O tecnocratismo neoconservador subordina a “questão social” a “solução da crise fiscal”, com o que sobra do pagamento da dívida e do apoio à acumulação e centralização de capital, num quadro de redução dos gastos com garantias e direitos sociais (se comparados ao patamar de décadas anteriores).

A política social do governo Lula combina a “flexibilização” e precarização do trabalho (que retira direito dos trabalhadores) com políticas “focalizadas” para acalmar e cooptar os miseráveis, com uma “compensação” (limitada e barata) diante dos efeitos da política econômica que reproduz o capitalismo dependente: baixo crescimento, pauperização, elevadas taxas de desemprego, diminuição dos salários e rendimentos populares. O programa *Bolsa Família*, peça central da política social do atual governo, não pode sequer ser considerado como de renda mínima, pois, além de não ser universal, também não é constitucional e nem seu valor atende as necessidades mínimas reais de sobrevivência das pessoas. O salário mínimo necessário do DIEESE (definido para uma família de dois adultos e duas crianças) daria uma renda mínima *per capita* quase quatro vezes maior que o valor definido como linha de pobreza pelo “*Bolsa Família*”. O Programa serve, no entanto, como poderosa arma político-eleitoral e eficiente instrumento de manipulação ideológica. Permite um discurso “politicamente correto” na perspectiva do grande capital, que forja uma falsa consciência do que seria um “bom” governo para os trabalhadores.

A sociedade brasileira, em especial as classes trabalhadoras, foram vítimas de um estelionato eleitoral em 2002, onde a esperança de reformas significativas da sociedade brasileira foi jogada no “ralo”. Este processo político apresenta características novas na conjuntura brasileira em especial o “transformismo” do governo Lula e do PT, que propagandeando a mudança fortaleceram a continuidade e a manutenção da ordem excludente herdada de governos anteriores em uma reciclagem da velha autocracia burguesa, onde até as ilegalidades da ditadura militar são preservadas (como a lei da anistia que protege os torturadores e garante a inacessibilidade aos arquivos secretos da ditadura). O “transformismo” é um conceito de Gramsci que trata da adesão (individual ou coletiva) ao bloco dominante de lideranças e organizações políticas ligadas às “classes subalternas”, com o abandono de suas antigas posições políticas. O rápido e amplo “transformismo” de Lula e do PT (que nunca teve uma identidade socialista firme – em termos teóricos, ideológicos e programáticos – mas tinha vínculos com o movimento proletário e popular

organizado e fazia oposição às políticas da direita radical) em mais um “partido da ordem” surpreendeu a maioria dos atores políticos. No entanto, desde o início da década de 1990 o núcleo dirigente do PT se lançou no projeto de chegar ao governo com a chancela da classe dominante (negociando com a direita, com o grande empresariado, com o governo dos EUA, etc.); deformando seus quadros no *ethos* da “pequena política” (pragmática, oportunista, carreirista, sem nenhum compromisso com transformações sociais profundas, não tem sequer estatura para ser reformista).

O governo de Lula trilhou, no fundamental, o mesmo caminho do governo de FHC, dando um novo fôlego a um modelo econômico que estava esgotado; perdendo a extraordinária oportunidade criada pela conjuntura internacional entre 2003-2008, que permitia a realização de uma política democrático-radical, anti-imperialista e de transformações econômico-sociais voltada para a elevação do nível de vida das massas populares. Com a nova recidiva (cíclica) da crise estrutural todos os problemas estruturais da sociedade brasileira estão agigantados. A vulnerabilidade externa aumentou o prolapado “espetáculo do crescimento” (com taxas inferiores à média internacional) foi mais um capítulo da adaptação passiva e regressiva ao sistema imperialista internacional com: desnacionalização e desarticulação das cadeias produtivas, perda de dinamismo da indústria de transformação e um peso crescente na pauta de exportações de bens de baixo valor agregado.

Para além da burocratização interna do PT (enquadramento das tendências mais à esquerda pela “Articulação”, destruição dos núcleos de base e virtual eliminação dos espaços democráticos de debate, questionamento e formulação) houve um rápido amálgama espúrio entre governo, partido e os sindicatos e demais organizações de massa (transformadas em “correias de transmissão” do governo). O “patrimonialismo” ultrapassou o clientelismo e empreguismo tradicional na relação do governo com os partidos que compõem a sua base de apoio; renovaram-se as modalidades cooptação político-ideológica, como é o caso emblemático de dirigentes e funcionários do PT e da CUT (e outros setores sindicais governistas) que se tornaram uma camada social específica identificada com interesses de classe burgueses formada por administradores de fundos públicos (especialmente de bancos oficiais, com destaque para o FAT do BNDES) e fundos de pensão estatais (Previ, Petrus, Funcef).

O “modo petista de governar” não é significativamente distinto do PSDB e PMDB; com um pequeno diferencial de eficiência no uso funcional das políticas assistencialistas o lulismo fala para os pobres, vivencia as benesses do poder e garante mesmo a boa vida para os grandes capitais. No essencial a identidade política do PT é o mesmo dos partidos da ordem que ocuparam os governos anteriores, passando pelas mesmas equações: financiamento de campanhas pelos grandes grupos capitalistas, nepotismo e ocupação patrimonialista do Estado, relações “fisiológicas” que garantem o atendimento dos interesses permanentes e imediatos de distintas frações das classes dominantes, que repartem entre si o saque representado pela apropriação aberta dos segmentos do aparelho estatal. O capital financeiro controla o Ministério da Fazenda e o Banco Central, determina a política econômica e controla a execução do Orçamento Federal, subordinando as ações do Estado nas demais áreas. O agronegócio e os interesses exportadores apoderaram-se do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior; aprovaram a liberação dos transgênicos, conseguiram compensações para o câmbio valorizado e afetaram inclusive o foco da política externa, principalmente as negociações no âmbito da OMC.

As frações hegemônicas no bloco de poder da formação social brasileira são personificações do capital financeiro (integração orgânica entre o capital bancário e industrial com preponderância

do primeiro), com dominância da fração imperialista (grandes bancos estrangeiros, fundos de investimento e empresas transnacionais) e os monopólios brasileiros a ela associada (na maior parte dos casos, de modo subordinado). Também muito importante no bloco dominante são as demais frações do grande capital não financeirizado organicamente (na indústria, comércio e serviços) e o latifúndio (em geral modernizado como “agro-negócio”). Estes últimos e os demais segmentos exportadores do grande capital ganharam um peso maior no governo Lula do que tinham com FHC (revitalizando o bloco de poder, abalado com a crise cambial de 1999), permitindo (nas condições favoráveis da conjuntura internacional entre 2003-2008) tanto os superávits comerciais como o pagamento em dólar dos rendimentos do capital financeiro.

Com a crise as elevadas taxas de juros, a tendência de queda do dólar e os gargalos da dívida pública (que exige elevadíssimos superávits fiscais primários) vão aumentar as tensões no bloco dominante (que se mantém unido na defesa do arrocho salarial e da “desregulamentação” do mercado de trabalho). Mais importante: com o reaparecimento da crise o comando do capital financeiro terá dificuldades crescentes para exercer sua hegemonia para além do bloco de poder e incorporar (ainda que passivamente) os grupos e classes exploradas, oprimidas e subalternizadas; pois o capitalismo monopolista dependente (que é o único capitalismo possível no Brasil) não permite um crescimento sustentável capaz de estabilizar tal hegemonia, devido não só ao crédito caro, mas, sobretudo: às perdas internacionais, à reduzida capacidade de investimentos públicos (se forem mantidos as privatizações, os contratos e compromissos de apoio à acumulação de capital e as garantias de pagamento da dívida externa e interna), à forte concentração de renda e patrimônio e às dimensões gigantescas da miséria, degradação coletiva e demandas reprimidas do proletariado e das massas populares.

Para exemplificar este processo de acordo com o DIEESE (2010) mesmo com os aumentos reais do salário mínimo nos últimos oito anos de 53,67%, e o aumento de cerca de nove milhões de trabalhadores com carteira assinada, a média de rendimentos dos trabalhadores segue em linha decrescente. Por exemplo, em São Paulo em setembro de 1998 a média de rendimentos por trabalhador era de R\$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais) e diminuiu para R\$ 1.251,00 (mil duzentos e cinquenta e um reais) em dezembro 2009. Já em Recife em setembro de 1998 o rendimento médio era de R\$ 929,00 (novecentos e vinte e nove reais) e reduziu-se a R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais) em dezembro de 2009.

Do outro lado, temos o multimilionário Eike Batista comemorando o aumento da sua riqueza em 2009 que era de 7,5 bilhões dólares e passou para 27 bilhões de dólares em patrimônio, ou seja, um aumento de 19,5 bilhões de dólares em um ano, tornando-se a oitava maior fortuna do mundo, ou seja, um aumento de 260% no seu patrimônio (FSP, 10/03/2010). Estes são apenas exemplos de uma situação em que a burguesia utiliza-se autocraticamente do Estado brasileiro para garantir suas elevadas taxas de lucros em detrimento das condições de vida das classes trabalhadoras.

Esclarecemos que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pacote de medidas anunciado logo no início do segundo mandato de Lula, longe de significar uma virada em relação à primeira gestão demonstrou o mais medular continuísmo do modelo neoconservador que vem desde FHC. O PAC foi apresentado como expressão de uma “nova postura”: a primeira gestão teria servido para “arrumar a casa”, para no segundo governo se enfrentar a “retomada do crescimento econômico”. Na realidade, o PAC significou, antes de tudo, um “programa de atendimento aos credores” da dívida pública, uma peça de propaganda enganosa do governo e um envoltório do

conjunto de sua política a serviço do capital monopolista: não garante o crescimento econômico, está articulado com as contra-reformas, dá continuidade ao desmanche dos serviços públicos e ataca os direitos dos trabalhadores. O governo continua a praticar uma política monetária hiperconservadora, patrocina uma abertura financeira incondicional, prioriza o superávit fiscal para pagar a dívida pública e defende contra-reformas. Ele incentiva a continuidade da privatização do público com as Parcerias Público-Privadas (PPPs), favorece os rentistas com a autonomia na prática do Banco Central e... “reza” para que a situação externa não prejudique a “estabilidade macroeconômica”. O PAC nunca chegou perto de ser um verdadeiro plano integrado de desenvolvimento para o Brasil, pois segue a política imposta pelo imperialismo (em consonância com as elites da burguesia nativa) de transformar o país em mera plataforma de valorização financeira internacional. Na fase atual de crise estrutural do sistema do capital, o investimento de capital produtivo está em crise profunda e por isto se desvia para os canais das transações aventureiras e especulativas. O movimento de acumulação e centralização de capital na atual fase de domínio do capital monopolista se processa, mais do que nunca, sob dominância da valorização financeira. O imperialismo arma uma nova configuração para o papel dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, que tem características de um efetivo neocolonialismo, onde os ganhos rentistas e a expropriação “primário-exportadora” têm prioridade frente à expansão industrial. Um verdadeiro plano nacional de desenvolvimento, digno do nome, passaria, no mínimo, pela recuperação da capacidade do país de fazer política econômica. O que implica: a vontade política de reorientar a intervenção do Estado na economia, o repúdio do modelo herdado de ditadura que subordina tudo ao pagamento da dívida, a redução da vulnerabilidade externa e um planejamento democraticamente centralizado (combinado com a mobilização popular) voltado para a elevação qualitativa do nível de vida do povo.

Protestamos diante da crescente onda de **criminalização dos movimentos sociais** e do novo patamar de repressão às organizações, protestos e manifestações populares. É um insulto ao povo brasileiro - que conquistou liberdades democráticas em décadas de luta contra a ditadura - o Relatório aprovado por unanimidade no Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul que estigmatiza o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como “organização criminosa” e promove ação civil pública com vistas à “dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”, exige a “desativação e remoção dos acampamentos” e ainda a “intervenção nas escolas do MST”. Segue na mesma linha a condenação à prisão por dois anos e meio de Coordenadores da Comissão Pastoral da Terra que assessoraram um protesto de dez mil trabalhadores rurais contra o INCRA na região de Marabá (PA) em 1999. Multiplicam-se casos de criminalização de movimentos legítimos dos trabalhadores e dos pobres, dos jovens e estudantes e, sobretudo, dos trabalhadores do campo e suas lideranças. Estudantes e trabalhadores das Universidades públicas que protestam contra políticas privatizantes e antidemocráticas são processados e enquadrados como “terroristas”; movimentos e organizações populares sofrem espionagem sistemática e crescente violência policial na repressão às suas manifestações; intensificam-se práticas anti-sindicais com demissão de dirigentes (desrespeitado sua estabilidade legal), multas e confisco de patrimônio em caso de greve e uso da legislação anacrônica para golpear a liberdade sindical; surgem propostas de mudanças na legislação visando criminalizar, penalizar e proibir a existência legal de associações que lutam pela transformação social. A atávica incapacidade de conviver com a democracia para os “de baixo” que reaparece nas autoridades judiciárias brasileiras, o velho trato da questão social como “caso de polícia”, está se recompondo numa nova e autocrática estratégia das forças conservadoras com forte peso estatal.

A ofensiva da direita se dá num contexto de continuidade da autocracia burguesa: o bloco de poder formado pelo imperialismo, pelos monopólios e pelo latifúndio nunca perdeu o controle do Estado ou das instituições que garantem a reprodução de sua dominação de classe, com a continuidade da estrutura econômica de capitalismo monopolista dependente e o padrão autocrático de supremacia de classe da grande burguesia na “sociedade civil”. Pior: as estruturas de repressão e espionagem da ditadura militar aberta nunca foram desmanteladas, as forças armadas não foram democratizadas e o monopólio da mídia por parte do grande capital reforçou-se (e se aperfeiçoou). Assim **não se trata de uma rearticulação dos conservadores para “voltar ao poder”, mas de uma ofensiva reacionária para manter e reforçar um poder autocrático que eles nunca perderam. É nesta conjuntura de tentativa de estabilizar a outrora chamada “transição prolongada” – a qual nunca foi mais do que uma reciclagem da autocracia burguesa - que aparece toda a gravidade da conciliação de Lula com a extrema direita e seu recuo diante das pressões para neutralizar os efeitos potencialmente democratizantes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH).** A atitude de Lula significa uma gravíssima capitulação diante da ofensiva orquestrada das organizações do grande capital, dos donos da mídia, dos latifundiários (e de seu representante no Ministério da Agricultura Reinaldo Stephanes), das cúpulas das Forças Armadas e da Igreja Católica, num festival de chantagem que culminou no “golpe teatral” do Ministro da Defesa Nelson Jobim e dos três comandantes das FFAA; que teriam entregado sua renúncia no final de dezembro de 2009, recusadas pelo presidente. O plano revisado assinado por Lula em 13/01/2010 suprime o trecho que instaura uma *Comissão Nacional de Verdade* para apurar “a violação dos direitos humanos praticadas no contexto da repressão política” substituindo-a por um “grupo de trabalho” para elaborar um projeto para “examinar” o que é genericamente (in)definido como “violações dos direitos humanos”. São colocados num mesmo patamar os crimes de tortura, assassinato, ocultação de cadáveres, prisões políticas e demais crimes (toda a ordem “institucional” da ditadura era ilegal) praticados pelo **terrorismo de Estado fascista** e as vítimas destes crimes que ousaram lutar contra a ditadura. Além de tirar a responsabilidade do Estado em crimes tão graves como a tortura sistemática e institucionalizada (definidos na constituinte de 1988 como crimes hediondos, inafiançáveis e imprescritíveis); o projeto de Lula dilui o contexto histórico ao alterar o período de “exame” antes centrado na ditadura militar aberta (1964-1985) jogando seu início para 1946. Lula, seguindo seus hábitos consolidados, resolveu conciliar com as viúvas da ditadura e realizar um “acordo” indecente, que fortalece a extrema direita sacrificando a dignidade da pessoa humana no altar de uma pseudo “governabilidade”. Evidentemente este acordo põe em risco a efetivação de todas as medidas mais avançadas do 3º PNDH (encaminhado de modo honrado e democrático pelo Ministro Paulo Vanuchi, como resultado de mais de 50 conferências públicas por todo o país, com a participação direta de mais de 15 mil pessoas) que estão sob ataque dos conservadores. Além da criação da Comissão de Justiça e Verdade que poderá abrir caminho para o desnudamento do sistema de repressão e apuração dos crimes da ditadura, o 3º PNDH propõe ações para: buscar a solução dialogada de conflitos no campo, com a garantia de audiências públicas antes que um juiz decida se concede liminar de reintegração de posse de uma fazenda ocupada; a descriminalização do aborto, a garantia de direitos dos casais homoafetivos e a não ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos; a regulação da mídia com normas para que mantenham uma linha editorial de acordo com os direitos humanos; a regulamentação e fiscalização da taxação das grandes fortunas, dos planos de saúde, da rotulagem de alimentos transgênicos e dos impactos da biotecnologia (todas já estabelecidas por lei, mas nunca praticadas). Apoiamos também a campanha “contra a anistia aos torturadores” lançada

em dezembro de 2009 pela Associação dos Juizes pela Democracia (AJD) e repudiamos a acusação de que somos movidos por “revanchismo”. Jamais pretendemos fazer a eles o que fizeram a nós. Não reivindicamos que quem assassinou deva ser morto, quem torturou deva ser seviciado, quem estuprou deva ser estuproado. Queremos justiça: entregar as famílias os restos mortais dos que foram mortos e enterrados clandestinamente, comprovar que a maioria dos militares não é conivente com as atrocidades; punir os culpados dentro da lei e livrar as Forças Armadas da influência de figuras antidemocráticas que fazem a apologia da ditadura escondem a verdade e acobertam os criminosos.

A ofensiva da direita não pode ser reduzida a uma questão de tática eleitoral, até porque ela se articula também por dentro do Estado e do próprio governo Lula. O que está em jogo é a memória histórica nacional e a luta pela efetiva democratização do Brasil. A impunidade dos torturadores a resistência reacionária contra a efetivação concreta de direitos humanos que envolvem limites aos interesses particularistas do grande capital e do latifúndio e a defesa da liberdade pessoal e da auto-realização individual (em oposição às forças crescentemente mais destrutivas de desumanização, alienação, opressão e exploração) mostram que a ditadura e a sua lógica ainda estão presentes em nosso país.

Defendemos a realização de uma Reforma Agrária Radical; com o fim da propriedade monopolista da terra na mão dos latifundiários e garantias: de posse da terra por aqueles que nela trabalham, do acesso aos necessários meios de produção e gestão e de condições adequadas de comercialização (que protejam tantos os trabalhadores rurais como os consumidores urbanos da espoliação dos monopólios agro-industriais e comerciais). A questão agrária na atualidade adquire um caráter complexo, tanto por sua ligação com a dinâmica industrial como pelas diferentes classes e frações de classe com interesses específicos que formam a realidade social do campo. Assim, para alguns extratos de trabalhadores, a distribuição de terras ainda é muito importante, enquanto para outros o controle público das indústrias produtoras de insumos e maquinarias constitui o problema vital. A reforma agrária é necessária, mas não é uma resposta suficiente aos problemas dos trabalhadores rurais. Os problemas dos trabalhadores agrícolas decorrem hoje mais do efetivo avanço do capitalismo do que de seu atraso. A solução para o subemprego rural só pode ser encontrada com a inserção da reforma agrária no bojo de um conjunto de medidas orientadas no sentido de eliminar a dominação (sobre a cidade e o campo) do capital monopolista. E este objetivo só poderá ser atingido pelos esforços conjugados dos trabalhadores do campo e da cidade.

Lutamos pela re-nacionalização e reestatização das empresas estratégicas, como: a Petrobrás (que tem 55% do capital em mãos estrangeiras) a Vale do Rio Doce (cuja privatização foi fraudulenta e deve ser anulada), a Telebrás e a Eletrobrás (que foram espartejadas e devem ser reconstruídas, em defesa do interesse nacional e popular de dispor de adequados sistemas de comunicação e energia). Estes complexos produtivos, dotados de elevada competência técnica e organizacional, devem tornar-se a base para um planejamento estatal (com controle democrático) capaz de garantir a soberania sobre nossos recursos naturais e um desenvolvimento socialmente justo e emancipador. O Brasil não pode continuar sendo vendido por governos inescrupulosos. Somos contra qualquer leilão que privatize nossas ricas áreas petrolíferas. Os recentes descobrimentos “camada pré-sal” do mar territorial são estimados entre 100 e 300 bilhões de barris, o que garantiria o consumo do país até 2060 e deixaria ampla margem para exportação e podem converter a Petrobrás na maior empresa energética mundial (as reservas brasileiras atuais não superam 12 bilhões de barris; as reservas estimadas de Arabia Saudita, as maiores do mundo, são de 264 bilhões de barris). O Professor Ildo Sauer da USP (ex-diretor da Petrobrás demitido por Lula) propôs a realização de um plebiscito em favor da retomada do monopólio estatal do Petróleo e da

reestatização da Petrobrás. Apoiamos esta proposta e consideramos que ela deve ser estendida a uma campanha pelo monopólio estatal sobre todos os recursos naturais estratégicos e reestatização das empresas estratégicas (a serem nacionalizadas sem indenização e não recomprando as ações privatizadas).

O controle democrático dos trabalhadores sobre o planejamento democraticamente centralizado destas empresas (combinado com auto-gestão interna desde a base) será a única solução duradoura e definitiva para a garantia da soberania nacional a serviço das efetivas transformações sociais necessárias na sociedade brasileira. Medidas neste sentido têm como pré-requisito a derrota política do atual bloco de poder, a liquidação do poder dos monopólios e a destruição do Estado autocrático burguês.

III. CENTRALIDADE DO TRABALHO E LIBERDADE SINDICAL

A chamada “crise da sociedade do trabalho” é um modo significativamente invertido de abordar a **crise estrutural do capital** aberta no início dos anos 1970, que forma o estofa da **terceira fase do estágio imperialista-monopolista do capitalismo**. A nova fase histórica torna a capacidade de adaptação do capitalismo muito menor e o deslocamento de suas contradições cada vez mais difícil; bloqueando objetivamente o espaço das acomodações de “consenso” dentro da ordem (“pleno emprego”, “Estado de bem estar social”, etc.) eliminando as condições para reformas sérias. A crise estrutural do capital cria a **necessidade histórica e as potencialidades objetivas de uma ofensiva socialista**, mas isto ocorre em condições de **desorientação teórica e político-ideológica** do movimento proletário e popular e de **ausência de instrumentos políticos prático-organizativos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em realidade efetiva**. Na busca de superação destes limites analisamos aqui as bases objetivas da atualidade do socialismo proletário e a particularidade concreta (com suas dificuldades específicas) do sindicalismo brasileiro.

1. Centralidade do trabalho na luta emancipatória contemporânea. Nas últimas décadas tornou-se dominante - não só entre os apologistas da ordem capitalista, mas também ente parte significativa da *intelligentsia* radical e de esquerda – a defesa de teses que formam um problemático “senso comum” em torno da **negação da centralidade da categoria trabalho** (como atividade produtiva e modelo de toda *práxis* e seu papel na estruturação objetiva das relações de produção e como “momento predominante” na produção e reprodução do homem na sociedade e da sociedade como totalidade) e a **negação do papel revolucionário do proletariado** (a classe dos trabalhadores assalariados explorados pelo capital) na luta pela emancipação humana.

Houve de fato várias mudanças no perfil e distribuição do proletariado (seja por ramos da economia, seja em termos geo-econômicos). Empiricamente, se forem examinadas as estatísticas da OIT no último meio-século, fica evidente que houve um gigantesco crescimento do proletariado em escala mundial e em todos os continentes; algo que se mantém como tendência predominante se considerarmos variações médias relativas de cerca de dez anos (e não oscilações curtas em épocas de crise) e se não reduzirmos o proletariado aos trabalhadores manuais. O proletariado é “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são *obrigados* a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Nota 1 de Engels ed. de 1888 do *Manifesto Comunista*); excluindo os que por seus rendimentos elevados podem acumular capital suficiente para viver de juros e aqueles cuja função única é *gestionária* (definição clássica assumida por Lênin: *Observações ao Projeto de Programa de Plekhanov* do POSD russo 1902, Obras Completas v. 6); mas incluindo todos os desempregados que não se tornaram pequenos empresários (Cf. Marx - *O Capital I*, cap. XXIII sobre o “exército industrial de reserva”). O próprio **proletariado industrial produtivo** (de mercadoria, que combina trabalho concreto produtor de valor de uso e trabalho abstrato criador de valor de troca) se ampliou com a proletarização dos trabalhadores do campo e com os que integram

o “trabalhador coletivo” (Cf. Id. *O Capital I*, esp. cap. XIV; e *Cap. VI Inédito*). A classe como um todo inclui ainda os trabalhadores do comércio, dos bancos e dos serviços que também **fazem parte do proletariado**, isto é, os “**trabalhadores improdutivos**” para o capital em geral, (pois não transformam a natureza produzindo e transportando mercadorias – unidade de valor de uso e valor de troca – e, portanto não produzem o “conteúdo material da riqueza social” nem incrementam a massa global de mais-valia), mas que são **produtivos para os capitalistas destes ramos**, pois permitem que eles valorizem seus capitais e participem do rateio da mais-valia (Cf. Id. *O Capital II* cap. VI e *III* cap. XVII). Nos EUA o proletariado aumentou em números absolutos de 62 milhões em 1950 para 124 milhões em 1990; ainda que no chamado “terceiro setor” houve um crescimento proporcionalmente maior (passou de 22 para 78 milhões). Se considerarmos as estatísticas sobre o período mais recente, entre 1990 e 2005, verificamos que a força de trabalho mundial passou de 1,43 para 1,93 bilhões de pessoas. Ainda que o setor de serviços aumente proporcionalmente muito mais (e mais rápido), o emprego na indústria (em sentido amplo) vem aumentando nos últimos 50 anos em termos absolutos numa média em torno de 3% ao ano; e num ritmo em torno de 5% no chamado “terceiro mundo” (Cf. BIT – *Le Travail dans le Monde*, Genève, 1984, 1991, 1996 e 2006 e US Department of Labor, *Montly Labor Review*, 1991).

Assim com não podemos compreender as leis de movimento do modo de produção capitalista sem a categoria marxiana de “capital social total”, também é impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho (nacionalmente diferenciado e socialmente estratificado) sem ter presente o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a “**totalidade do trabalho**”. A relação capital-trabalho não é simétrica: o capital depende absolutamente do trabalho, mas a dependência do trabalho diante do capital é historicamente superável. Os **movimentos populares** e suas modalidades de luta (ecológica, feminista, de nações espoliadas e etnias discriminadas, de jovens e estudantes, de homo-afetivos, etc.) **contra a opressão**, possuem significado relevante e positivo na busca de uma individualidade e uma sociabilidade rica de sentido humano. Mas deve-se ter presente a **centralidade das classes trabalhadoras expropriadas e exploradas** (que atravessam aqueles movimentos) nas transformações que se opõem à lógica de acumulação de capital e o **protagonismo estratégico do proletariado como um todo (tendo por “núcleo de vanguarda” o proletariado industrial produtivo)** como sujeito revolucionário na luta pela supressão do capitalismo, capaz de ser conseqüente até o fim na luta para superar o domínio do capital e estabelecer um modo viável de controle socialista da produção e reprodução social. Esteve em voga a teoria da “integração definitiva do proletariado no capitalismo organizado”. Hoje, com a crise estrutural, o capitalismo está “desorganizado”, mas persiste a “integração regressiva” de lideranças e organizações que se reclamam representantes dos trabalhadores. O proletariado pode ser temporariamente privado de uma liderança com consciência de classe, mas não pode ser “integrado” ao sistema do capital (que não pode impedir a agudização de suas contradições e antagonismos estruturais). Por isto a reorganização do movimento socialista, em oposição às lideranças oportunistas, é um desafio inevitável. O desenvolvimento do proletariado, como classe hegemônica autosuperadora, segue como princípio orientador estratégico para a revolução da nossa época. Uma **revolução do trabalho** (na medida em que as classes trabalhadoras, sob a hegemonia do proletariado, formam o sujeito coletivo das lutas emancipatórias com capacidade objetiva de estabelecer uma alternativa histórica viável ao domínio do capital) e uma **revolução no trabalho** (na medida em que deve auto-abolir o trabalho abstrato e alienado, abolir sua própria subordinação estrutural ao capital bem como a necessidade de subordinar qualquer classe por outra, instaurando uma sociedade baseada do trabalho concreto socialmente emancipado que produz coisas socialmente úteis e amplia cada vez mais o campo de liberdade da auto-atividade humana).

2. A Estrutura de Sindicalismo de Estado e sua Reciclagem

A estrutura de Sindicalismo de Estado (implantado no Brasil nos anos 30, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini) é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado (Executivo, Judiciário ou Legislativo) tendo como base a necessidade do **reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado**. Deste fundamento – a

“**investidura sindical**” por um ramo do aparelho do Estado - dependem todos os demais elementos que compõem a estrutura: **unicidade sindical obrigatória** (o Estado reconhece um sindicato único e outorga a representação dos trabalhadores sob a forma de monopólio por força de lei), a **tutela do Estado sobre a atividade reivindicativa do sindicato** (particularmente da Justiça do Trabalho, que emite sentenças aplicadas não só aos associados do sindicato, mas ao conjunto da categoria que forma sua base), as **contribuições sindicais compulsórias** (imposto sindical e outros; a “carta sindical” define a entidade que exerce legalmente esse poder tributário delegado pelo Estado). Uma estrutura sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado por força de lei (coesionado por uma ideologia legalista que estimula o “fetichismo do Estado”) gera um aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores (Cf. A. Boito Jr. – *O Sindicalismo de Estado no Brasil, passim*).

Marx e Engels em sua luta contra o “bismarkismo” de Lassale e depois Lênin e Rosa Luxemburg nas polêmicas contra o “revisionismo” demonstraram que certo tipo de sindicalismo desempenha funções conservadoras; mas que **a unidade sindicalismo-revolução é possível** e indicaram os meios pelas quais ela pode se dar: 1) como meio de acumulação de forças, base para o crescimento da organização política independente do proletariado e o desenvolvimento massivo de sua consciência de classe; 2) contribuir para o desencadeamento de crises revolucionárias; 3) integrar as massas na luta pelo poder de Estado, utilizando seus meios típicos de luta (greves) como instrumento de apoio de uma insurreição. Já **a função do sindicalismo de Estado é sempre** (a despeito de suas variações conjunturais) **manter a hegemonia burguesa sobre o movimento sindical inviabilizando um sindicalismo classista**. No caso brasileiro favorece a manutenção da ordem capitalista autocrática e permanentemente dependente: 1) Ao contrário dos movimentos sindicais autônomos (onde a separação entre sindicalismo e socialismo é apenas uma possibilidade) a estrutura sindical tutelada mantém de modo necessário e inevitável a separação entre a luta sindical e a luta revolucionária. 2) Submete o movimento sindical aos interesses que tem hegemonia no bloco de poder (embora este limite não seja intransponível, o “sindicalismo oficial de oposição” fica dependente das fissuras entre os interesses de fração dos diversos setores burgueses, sem sair do terreno do interesse geral do bloco dominante). 3) Debilita a ação sindical reivindicativa que fica aquém do “tradeunionismo tradicional” (um sindicalismo sob hegemonia burguesa, mas com maior eficácia na luta reivindicativa). O sindicalismo integrado ao aparelho de Estado implica uma profunda **desorganização da luta reivindicativa dos trabalhadores** por melhores salários e melhores condições de trabalho. O sindicalismo de Estado é um sistema que intervém para manter os trabalhadores dispersos e desorganizados, **seleciona dirigentes sindicais governistas e aburguesados** e torna a **luta sindical “moderada” e a reboque das empresas monopolistas** (gerando um **sindicalismo frágil** mesmo para os padrões latino-americanos).

O sindicalismo de Estado original foi destruído com a derrota do nazi-fascismo e depois com o fim das ditaduras de Franco e Salazar. Seu equivalente na América Latina, implantado por governos “populistas, tornou-se ferramentas das ditaduras e foram sendo eliminadas com o seu refluxo. No Brasil, a supressão pela Constituinte de 1988 do *modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais* (com seu repressivo e pormenorizado estatuto padrão) não eliminou, mas ao contrário (devido à ação do “Centrão”, com a colaboração de Roberto Freire e do PCdoB) **preservou (ainda que reformada) a velha estrutura do sindicalismo de Estado e seus elementos centrais**. O Brasil não ratificou Convenção 87 da OIT (que trata a plena liberdade sindical como direito humano fundamental e determina a proteção contra práticas anti-sindicais) e a Constituinte manteve (art. 8º) a necessidade de reconhecimento do Sindicato pelo Estado e os “impostos sindicais”; preservou (art. 111 a 114) a estrutura da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical. Florestan Fernandes, então deputado constituinte, fez uma análise precisa da questão: “o § 3º do art. 9º do novo projeto de constituição restringe a liberdade sindical proclamada (...) a unicidade sindical corre pelo leito de uma conciliação arraigada (...) o empresariado logrou um triunfo enquanto a CUT perdia sua maior batalha na Constituinte. O ‘novo sindicalismo’ e a revolução democrática sofreram um revés; as correntes que vêm do passado venceram”. Contra este projeto Florestan propôs: “Dê-se nova redação ao art. 9º da Constituição: ‘É livre a associação

profissional ou sindical em todos os níveis; a aquisição da personalidade jurídica de direito privado se dará mediante registro em cartório; §1º a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato; § 2º é vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical (...)" (Fernandes, F. – “*Sindicato Único e Pluralidade Sindical*”, In: *Jornal do Brasil*, 02/11/1987).

3. A Degeneração da CUT e a Contra-Reforma Sindical e Trabalhista do Governo Lula.

O movimento que criou a CUT foi gerado num contexto de crise da ditadura e ressurgimento das greves de massa (organizadas e dirigidas por fora dos sindicatos oficiais a partir da participação militante dos operários no local de trabalho). Sem respeitar o “calendário de datas-base”, surgem greves simultâneas em São Paulo e no ABC, atemorizando a burguesia que a possibilidade de uma “greve geral por contágio da base”) atendeu as reivindicações. O momento mais crítico da crise da ditadura coincidiu com a reorganização do movimento operário em 1978; quando as correntes anti-pelegas articuladas no ENTOES propuseram a organização imediata de uma Central de Trabalhadores para unificar nacionalmente o movimento e romper com a estrutura do sindicalismo de Estado. O governo Figueiredo realizou a “abertura sindical” que liberalizava o controle do Estado sobre os sindicatos, mudou a política salarial para conter a onda grevista e decidiu negociar só com as diretorias de sindicatos oficiais; buscando reciclar os pelegos para “disciplinar” e boicotar por dentro o movimento. O grupo majoritário do novo sindicalismo, preso à ideologia da legalidade sindical, se desviou da luta conseqüente pela autonomia sindical: derrotou a ala esquerda e abandonou a proposta de realização de um Congresso Sindical sem os pelegos. O I CONCLAT só se realizou quatro anos depois em 1981 e só formam a CUT em 1983, quando após muita vacilação “racham” com os pelegos que vinham conseguindo protelar sua criação. A ditadura ganhou tempo para levar adiante sua auto-reforma que desemboca no “tacerdismo”, usando os pelegos para bloquear a unificação, na base e no topo, de um movimento sindical de massas.

O campo majoritário na direção da CUT - apesar de proclamar a intenção de romper com o modelo de organização sindical vigente; defendendo a liberdade sindical e a oposição à unicidade, ao imposto, à tutela da Justiça do trabalho – na prática negava o que este discurso afirmava e caminhava para integrar-se ao sindicato oficial. No Congresso de Fundação (1983) derrotou as propostas que previam alguns tipos de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial. O III CONCUR, em 1988, reforça essa integração ao diminuir o peso das oposições sindicais. Ainda assim o I CONCUR, em 1984 aprova o documento *Por Uma Nova Estrutura Sindical*; em que defende a revogação dos artigos da CLT sobre a unicidade e os impostos sindicais. **A CUT seguiu como uma Central combativa nos anos 80**, apesar de permanecer mais como uma “referência” e **não como uma direção efetiva dos trabalhadores**. Bloqueada na base pelo efeito dispersivo da estrutura sindical oficial (que “para na porta das empresas”) a CUT **não conseguiu alcançar uma ampla e efetiva organização nos locais de trabalho, condição para um sindicalismo efetivamente enraizado nas massas**. A virada a direita começa no III CONCUR, que realiza mudanças estatutárias limitando a participação da base e cria uma estrutura verticalizada, burocrática. Esta virada se consolida no IV CONCUR (1991): limitou ainda mais a democracia interna e filiou a CUT à CIOSL, central internacional que pratica o “sindicalismo de negócios” e defende posições conservadoras e pró-imperialistas (apoiou golpes e ditaduras militares e várias guerras de agressão deflagradas pelo imperialismo). Nos anos 90 a CUT passou a receber dinheiro do FAT, substituiu a formação política pela formação profissional (função dos patrões); abandonou a luta direta dos trabalhadores para privilegiar a participação nas câmaras setoriais e fóruns tripartites, legitimando o processo de retirada de direitos dos trabalhadores. **A CUT tornou-se parte da estrutura do sindicalismo de Estado**. A manipulação política da distribuição de cartas sindicais pelos governos da “Nova República” faz parte da lógica de funcionamento da estrutura sindical: preservou o sindicalismo de conciliação de classe, mantendo inclusive a força do velho peleguismo, que continua com uma amplitude e presença nacional que não teria se o país vivesse plena liberdade sindical. Esta integração perverteu o “novo sindicalismo cutista”, cujas correntes majoritárias vergaram aos efeitos políticos e ideológicos que incidem sobre as forças que se acomodam nos sindicatos oficiais: burocratismo, legalismo, descrença na capacidade de auto-

organização dos trabalhadores; falta de estratégia classista e adoção das táticas defensivas (economicistas e fragmentadas corporativamente) do sindicalismo de negócios (chamadas com eufemismo “de resultados” ou “propositivo”). A CUT divulgou documentos considerando “inevitável” a “reestruturação produtiva”: os mitos da “flexibilização” e “desregulamentação”, que na realidade significam desemprego e uma implacável precarização da força de trabalho. A prática dos anos 90 mostrou que ser “propositivo” significa disposição de entregar direitos.

O processo de degeneração política e ideológica da CUT não pode ser entendido sem levar em consideração o “transformismo” do partido que a dirige. Com a chegada do PT ao governo federal a cooptação transformou-se em promiscuidade: a CUT se transformou num “ministério do governo Lula”. A CUT apoiou a 2ª Reforma da Previdência, opondo-se a greve convocada pelas entidades dos servidores públicos. Foi emblemática a intervenção de Lula em 2003 impondo a eleição de Marinho para presidente da CUT, personagem que em 2005 é cooptado para *Ministro do Trabalho*. Diante da crise atual, a CUT, depois de embarcar no discurso lulista que a reduz a “marolinha”, passou a apoiar a doação de dinheiro público para salvar grandes empresários, além de aceitar a redução de salários imposta pelos patrões. A CUT se aproxima da Força Sindical e participa em conjunto com ela do FNT, fórum tripartite criado pelo governo Lula em 2003 para “produzir consensos” entre três “bancadas” (entidades patronais, sindicatos de trabalhadores e governo) sobre as “reformas” sindical e trabalhista. O FNT propõe uma reforma sindical que altera os artigos 8º e 11º da Constituição, os substituindo por 238 artigos. No *Anteprojeto de Lei sobre as Relações Sindicais* o governo Lula acolhe o pacote de 238 artigos, conveniente cortina de fumaça para **revitalizar a velha estrutura do sindicalismo de Estado**. Se a intenção fosse, como é declarada pelo então ministro Berzoini, “rever o sistema corporativo que remonta à década de 30” (PEC 369/2005) bastariam para realizar uma **reforma sindical radical** dois ou três artigos claros **garantindo** a proteção dos trabalhadores contra práticas anti-sindicais e **eliminando**: a *obrigatoriedade da autorização do Estado* para o funcionamento do sindicato; a *unicidade sindical* (permitindo aos trabalhadores a decisão soberana sobre qual sindicato os representa e sobre as normas que regem o funcionamento de suas organizações; a organização fora das “entidades de carimbo” controlada pelos pelegos), os *impostos sindicais* (sendo os sindicatos sustentados pela contribuição associativa voluntária, controlada pelos próprios trabalhadores, extinguindo os recursos que garantem os “sindicatos de gaveta”), o *poder da Justiça do Trabalho de criminalizar as greves* (garantindo o direito de greve com a extinção dos *juízos sobre as greves* e da *arbitragem judicial obrigatória*, que mesmo quando julga dissídios favoravelmente aos trabalhadores para encurtar a greve costuma revogá-los quando o sindicato patronal recorre da sentença).

Ao contrário, o Anteprojeto do governo Lula propõe uma efetiva **contra-reforma sindical** (cuja tramitação no Congresso foi suspensa, mas continua orientando mediadas provisórias e negociações com as Centrais, pelas quais ela vem se realizando “em fatias”). Ela mantém e renova mecanismos que o Estado dispõe para controlar o movimento sindical mediante a cooptação – material e ideológica – de suas direções com o objetivo de reduzir as lutas e impedir sua autonomia; de modo a dificultar as mobilizações e a construção de um projeto (democrático-popular, anti-imperialista e socialista) alternativo ao bloco dominante. É típico do *transformismo lulista* um discurso que dissimula o conteúdo da contra-reforma do Estado: o máximo de apoio à acumulação de capital e o mínimo de controle público sobre a propriedade, o máximo de controle sobre o trabalho e o mínimo de direitos. Assim, fingindo ter por alvo a eliminação do imposto sindical o projeto do governo cria uma “Contribuição de Negociação Coletiva” compulsória anual (que pode atingir até 13% de um salário, quatro vezes mais que o imposto sindical que é de 3,3%) cujo objetivo é a verticalização das Centrais (que não recebiam diretamente o imposto e agora ficam com 10%). Mas o velho imposto sindical não foi extinto: o governo negociou com as Centrais uma lei de reconhecimento que estabelece critérios de representatividade provisórios e repassa para elas 10% do imposto (PL 1990/07, aprovado em março de 2008). Dizendo buscar fortalecer a representatividade dos sindicatos e o fim das “entidades de carimbo”; o projeto propõe critérios de registro, financiamento e representatividade que pressionam sindicatos a se filiarem as Centrais; concentrando poderes de negociação a que são subordinados ações e acordos dos sindicatos de base;

que são enfraquecidos enquanto se fortalece a burocracia sindical, facilitando os conchavos de cúpula. O princípio da unicidade sindical é mantido com o nome de “exclusividade de representatividade” para sindicatos que já possuem registro. Dentro da lógica da verticalização a liberdade de organização sindical é ainda mais restringida, com o critério de “representação derivada” que permite às Centrais criar sindicatos onde não houver entidades com a “exclusividade”, mas impede “sindicatos sem centrais sindicais” (invertendo a lógica de construção pela base do sindicalismo anti-pelego). A peça chave do projeto é a “**negociação coletiva**” **hierarquizada** que centraliza poder nas cúpulas sindicais nacionais; num sistema em que as convenções trabalhistas e contratos coletivos de maior abrangência têm cláusulas que não podem ser alteradas nos níveis inferiores (entidades estaduais e municipais); criando o mecanismo ideal para a legitimação de uma **contra-reforma trabalhista** que retire direitos dos trabalhadores (além de forçar contratos em condições rebaixadas no varejo). Por trás de uma retórica democrática que diz pretender assegurar o “direito de greve”, o projeto amplia as dificuldades para o reconhecimento legal do uso da greve e legaliza a criminalização das práticas de mobilização dos trabalhadores e luta contra o capital. Por trás da retórica da modernização da função da justiça do trabalho, o projeto propõe que ela passe a julgar a greve (que é transformada em crime) e não as reivindicações. Apesar do discurso de Lula - que iniciou o debate no FNT sobre a reforma sindical alegando primeiro “fortalecer os sindicatos” para depois realizar a reforma trabalhista - esta vem sendo realizada sutilmente e sem debate. Trata-se é claro da **continuidade da contra-reforma trabalhista** de FHC, pois Lula segue “flexibilizando” direitos: o *Contrato de Primeiro Emprego* e a *Lei do Super Simples* impõe perdas materiais (eliminação de direitos) e tem o efeito ideológico de estimular a divisão de trabalhadores, criando “cidadãos de segunda classe”. A *Super-Receita* (Lei 1457/07) cria a “pejotização”, que elimina a fiscalização dos auditores da RF sobre os reais vínculos empregatícios entre empresas que contratam os serviços e os indivíduos que se apresentam como pessoa jurídica (“pj”); uma fraude no pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais. O PAC, desrespeitando acordos já celebrados com setores do funcionalismo, restringe, por 10 anos, o aumento salarial à variação da inflação mais 1,5%. O PLC 92/07 ameaça o serviço público ao criar “fundações públicas de direito privado” em áreas que devem ser responsabilidade do Estado – saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia, meio-ambiente, comunicação social, etc. - que poderão contratar funcionários segundo as regras do setor privado. Já está em pauta uma 3ª Reforma da Previdência, que propõe novo aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria.

6. Central das Classes Trabalhadoras E Coordenação de Lutas Populares.

No campo da oposição de esquerda não se construiu ainda uma alternativa política relevante ao lulismo, nem mesmo um pólo com capacidade de convocação de massa. A elevação do nível de organização, mobilização e consciência do movimento proletário e popular brasileiro – com a formação de um sujeito político coletivo capaz de impulsionar as transformações sociais – passam, hoje, pela formação de um consenso mínimo: sobre a natureza e limites do governo Lula; e sobre os objetivos programáticos que devem ser perseguidos pelas forças que compõem este campo. A reconstituição de uma oposição de esquerda mais vigorosa, aguerrida e identificada com o socialismo, passa pela revitalização dos movimentos populares, pela reconstrução do sindicalismo e pela unidade da esquerda (as forças que lutam pelo socialismo e não se deixaram cooptar pelo bloco de poder dos monopólios). Passa também pelo surgimento de novas lideranças em substituição aos oportunistas identificados com a conciliação de classe.

A aproximação entre Conlutas e Intersindical - promotoras (ao lado do MST e das pastorais sociais) em março de 2007 do *Fórum Nacional de Mobilizações Contra as Reformas* chegando no Seminário de novembro de 2009 à convocação deste CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) – forma um importante campo de resistência, mas certamente ainda com fraco enraizamento e capacidade de direção das classes trabalhadoras. Durante o ano de 2009 debatemos sobre o caráter da nova Central sem chegar a um acordo. Os debates se polarizaram principalmente nas divergências acerca de construir uma *central sindical ou sindical e popular*. A questão deve ser

examinada a luz de uma reflexão mais ampla, tendo em mente as novas necessidades organizativas da fase de crise estrutural do capital, mencionada na abertura da Parte III de nossa Tese, seguida pela análise da centralidade do trabalho em relação aos movimentos populares e organizações setoriais. Se pensarmos tal centralidade em termos do complexo de organizações de luta socialista e contra todas as formas de opressão exploração (partidos proletários, sindicatos, movimentos e organizações populares/setoriais), a questão deve ser posta em termos de sua **reestruturação** de modo que eles **complementem e intensifiquem a eficácia um dos outros**.

1) Esta reestruturação não pode sucumbir à visão pós-moderna (fragmentadora e subjetivista) que vê o real construído pelo “discurso” (embora ninguém explique o que isto significa) e baseia-se nas “diferenças de identidade”. Ao contrário é necessário partir da **“unidade na diferença”** (Marx) em que a **identidade de interesses comuns** deve ser **organizada em instrumentos políticos**. Porém, para articular de modo adequado esta unidade deve-se ter clareza da necessidade de **várias instituições autônomas entre si**, organizadas de modo a desempenhar adequadamente suas **distintas funções e tarefas**. Segue válida a distinção leninista entre as estruturas organizativas (com independência recíproca) de sindicatos de trabalhadores e de partidos (mesmo revolucionários de vanguarda) e entre eles e o Estado (mesmo o Estado operário), garantindo a **plena autonomia organizativa**, mas buscando também a **“ligação”** entre as organizações de luta pelo socialismo (cf. esp. Lênin – “Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotsky” 1920; “Mais Uma vez Sobre os Sindicatos e os Erros dos Camaradas Trotsky e Bukharin” 1921, OC, 42). No caso concreto do Brasil de hoje, consideramos que a aparente antítese entre central sindical *versus* central sindical e popular, não deve inviabilizar o caminho da unidade entre as forças aglutinadas na Intersindical e na Conlutas; pois **ambas são necessárias**. No entanto, a unidade real só será alcançada (e só será duradoura) com uma resolução que supere as unilateralidades e confusões. Trata-se de **entidades diferentes**. A) **Central das Classes Trabalhadoras**: classista e combativa; independente dos patrões, do Estado e das igrejas; com uma democracia construída pela base e organizativamente autônoma em relação aos partidos políticos; que organize os trabalhadores do campo e da cidade, do setor privado e do setor público, bem como “formalizados” e “precarizados”. B) **Coordenação Nacional de Lutas Populares**: com as mesmas características de combatividade, autonomia e democracia, **reunindo o movimento das classes trabalhadoras e os demais movimentos populares**; isto é, não só os sindicatos e outras organizações das classes trabalhadoras (camponeses, soldados, terceirizados, desempregados, camelôs, etc.), como também: organizações ecológicas; de estudantes e de jovens; de “sem-teto”, “moradores”, “mutuários” e “meninos e meninas de rua”; de luta contra o racismo, o machismo, o patriarcalismo e a homofobia; de índios e povos originários; movimentos em defesa da cultura nacional e popular, contra as privatizações, de pequenos proprietários urbanos e rurais contrários aos monopólios e ao latifúndio; etc. É certo que os estudantes e pequenos proprietários não podem decidir como os trabalhadores vão se organizar, ou deliberar sobre a deflagração de uma greve; nem os sindicalistas querem definir como o MST ou MTST devem organizar assentamentos e ocupações. Por outro lado a solução radical dos problemas brasileiros não será alcançada “sem a participação efetiva dos movimentos populares organizados e unificados em torno de um programa de transformações capazes de imprimir um novo rumo à política do Estado. Um rumo que tenha por objetivo contemplar os interesses da maioria e não os de grupos privilegiados, incluindo setores da própria classe operária, movidos muitas vezes por interesses corporativos” (Anita Prestes - Luiz Carlos Prestes e Luiz Inácio da Silva (Lula): duas grandes lideranças X duas opções políticas opostas, fev. 2006). O próprio proletariado (que no Brasil ultrapassa 60% da PEA) é profundamente heterogêneo. A alternativa hegemônica do trabalho não vencerá sem a plena solidariedade (um valor socialista vital) com seus mais diversos setores; inclusive os desempregados (e não só por um imperativo ético, mas também pela força adicional que a mobilização de milhões de desempregados oferece ao movimento). Trata-se de superar o corporativismo e enfrentar o difícil desafio de construir uma **central de trabalhadores** capaz de superar as dificuldades decorrentes da divisão sócio-alienada do trabalho sob o capital, articulando e unificando os vários estratos que compõem as classes trabalhadoras; e de criar uma **coordenação de lutas populares** que ligue e organize a luta de todas as organizações de massa que se opõem ao bloco de poder dominante no Brasil.

2) Na questão da **Liberdade e Autonomia** é uma tarefa central das forças empenhadas na **Reorganização do Movimento das Classes Trabalhadoras** que procuram unir a luta sindical à luta pelo socialismo, **elaborar táticas de luta adequadas contra a estrutura de sindicalismo de Estado**. Não basta a (correta) denúncia das Centrais pelegas e de como a CUT se transformou numa agente da política do Estado autocrático burguês de criar uma burocracia estatal no seio da classe trabalhadora. É necessário ter claro que o problema não se limita ao controle visivelmente externo do Estado; pois o sistema vigente tornou a integração ao Estado burguês algo inscrito na própria estrutura organizativa interna dos sindicatos oficiais. A liberdade sindical exige a extinção do sindicato oficial. Isto não será uma concessão do Estado burguês; será necessário que o **movimento nacional de reorganização** assuma **na prática e sem ambigüidades** a luta contra o sindicalismo de Estado. O processo deve combinar uma **adequada concepção de construção da Central (objetivada em seus estatutos)** que, além da coerente recusa dos famigerados impostos sindicais, promova a participação efetiva da base (inclusive das oposições sindicais e de sindicatos e associações não oficiais), com a **reconstrução do movimento pela base**, organizado nos locais de trabalho, para além da fragmentação compulsória dos trabalhadores em categorias profissionais.

3) Os sindicatos devem ser independentes dos partidos, mas não podem ser neutros politicamente (pois a despolitização só serve para reforçar a influência burguesa sobre os trabalhadores). Há uma racionalidade classista: a construção da unidade nas greves e lutas reivindicativas não exclui o necessário debate das divergências políticas; mesmo na questão relativa à como se deve lutar para conseguir conquistas e melhorias dentro da ordem. Hoje a **Central das Classes Trabalhadoras** e a **Coordenação de Lutas Populares** (e não só os partidos de esquerda) devem assumir um **programa de profundas transformações sociais que combine soluções para as necessidades emergenciais mais sentidas do povo trabalhador com a acumulação de forças na formação de um bloco proletário e popular organizado e mobilizado em torno de um projeto com um horizonte socialista** (e não fique amarrado às ilusões da conciliação de classes e à administração da crise do capital). O fundamental é ter claro que **partidos e sindicatos das classes trabalhadoras devem ser combativos nos terrenos econômico e político ao mesmo tempo**. A questão ficou obscurecida por praticas equivocadas em países em transição para o socialismo (em que os sindicatos foram muitas vezes degradados à condição de “correia de transmissão” da propaganda oficial), pelo aparelhismo oportunista realizado inclusive por partidos de esquerda, pelo cretinismo eleitoreiro e, mais recentemente em nosso país, pela promiscuidade entre a CUT-PT-Estado. Na realidade foi o Estado burguês que sempre buscou tornar ilegal a ação política dos sindicatos, buscando tolher o imenso potencial combativo dos trabalhadores; além de pressionar os partidos proletários e populares a se restringir à ação eleitoral e parlamentar. O próprio PT afastou-se, já ao final dos anos 80, de uma atuação militante nas fábricas e no movimento sindical combativo real; o sindicalismo oficial induz ao apartidarismo (forma enviesada de manifestação do estatismo).

4) A crise estrutural recoloca a questão da difícil e imprescindível articulação entre **interesses imediatos** e a **necessidade estratégica de uma ofensiva socialista**. É certo que a crise confronta os trabalhadores com problemas imediatos angustiantes: desemprego, aumento da exploração e aceleração dos ritmos de trabalho, arrocho salarial e retirada de direitos sociais, ataque às liberdades e direitos políticos conquistados. O movimento proletário não pode se contentar em opor à crise a mera proclamação da necessidade de uma luta anti-capitalista: não há melhor meio para desencadear este combate geral do que algumas lutas parciais bem sucedidas, que demonstrem na prática que os trabalhadores podem defender seus empregos, seus salários, seus direitos conquistados e ainda impor aos de cima novos direitos e o atendimento de suas reivindicações mais sentidas. No entanto, todo sucesso em um combate defensivo será frágil e provisório e, na medida em que continuarmos no capitalismo, a lógica do capital em crise estrutural se imporá contra os trabalhadores, com a perversidade redobrada de um período de desemprego massivo e tendência à depressão econômica crônica. Por isto **toda luta defensiva deve se integrar numa estratégia revolucionária socialista totalizante**, que permita tornar cumulativas as vitórias parciais, e ligue

efetivamente a mobilização dos trabalhadores por reivindicações transitórias ao combate às causas fundamentais da exploração e opressão que nos atinge.